

Inflação menor frustra receita em 2017, mas reduzirá gasto em 2018

Por Denise Neumann e Ana Conceição | De São Paulo

A rápida desinflação dos últimos 12 meses gerou frustração de receitas em 2017, mas a inflação baixa - especialmente a medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - pode dar algum alívio nas despesas em 2018, de acordo com as contas de Fernando Montero, economista-chefe da corretora Tullett Prebon.

O INPC reajusta o salário mínimo e por isso indexa mais da metade dos gastos primários do governo federal. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, elaborada em abril e sancionada anteontem pelo presidente Michel Temer, corrigiu o salário mínimo em 4,5%. Hoje, as projeções do Focus apontam para um INPC de 3,45% ao fim de 2017. Para Montero, ele pode encerrar o ano em 3%.

"Essa correção a menos representa economia de R\$ 9 bilhões relativamente ao projetado

na LDO. Em 2018, a inflação do IPCA acelera um pouco, puxando receitas, ao passo que muitas despesas terão sido corrigidas pela inflação menor do INPC de 2017. Inverte um pouco o jogo", diz o economista.

Essa "ajuda" vai na contramão do que aconteceu neste ano. Se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) não tivesse caído tanto em tão pouco tempo, o governo teria chance de cumprir a meta de déficit de R\$ 139 bilhões.

Montero calcula que a diferença entre a inflação com que as receitas de 2017 foram projetadas (quando o Orçamento foi calculado, no meio do ano passado) e o IPCA médio deste ano representará algo perto de R\$ 29 bilhões a menos de receitas para o governo federal em 2017, sendo essa a principal causa para o não cumprimento da meta fiscal.

Em nota distribuída a clientes, o economista lembra que, quando o governo elaborou o Projeto de Lei do Orçamento de 2017 (PLOA), em

agosto de 2016, o mercado projetava aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,11% em 2017, o que foi revisado para 0,34% (-0,77 ponto percentual). O IPCA projetado para 2017 caiu de 5,14% para 3,45% (-1,69 ponto). Segundo Montero, a inflação média (mais importante para as contas públicas, porque reflete o comportamento médio dos preços) caiu mais: de 5,75% para 3,55% (-2,2 pontos), bem como o IGP-M, que está em deflação.

"Se usássemos o IPCA médio como proxy da receita nominal, sua desinflação comparativamente à esperada um ano atrás custaria R\$ 29 bilhões brutos em 2017. A rigor, haveria muitas variáveis nominais a considerar, como salários, juros, câmbio etc. Seja como for, é inegável que o PIB nominal de 9,1% assumido no PLOA ficará a ver navios diante da combinação de crescimento real de 0,3%, IPCA de 3,5% e IGP-m de 1,1% atualmente esperados."

Embora considere que o cenário





fiscal continue complicado, Montero vê um quadro um pouco mais benigno em gestação com metade do Orçamento de 2018 corrigido por um INPC de 3% em 2017 e deflacionado por um IPCA médio de 4% em 2018.

Os reajustes ao funcionalismo ainda vão pesar mais, mas talvez sejam em parte revertidos. Ele explica que, para o fiscal, o efeito positivo da inflação baixa aparecerá no próximo ano.

A retomada lenta da economia é outro fator que dificulta a tarefa de cumprir a meta fiscal em 2018. Bruno Lavieri, da 4E Consultoria, diz que a despesa menor que a esperada por causa do INPC não dá alívio às contas. "O governo também recebe menos por causa da queda inflação. 2018 será tão apertado quanto este ano. O PIB não deve ter crescimento robusto no ano que vem e ainda terá de ser feito ajuste pelo lado da despesa", afirma.

Para Luciano Sobral, economista do Santander, o governo tem quatro alternativas para lidar com o déficit primário estipulado em R\$ 129 bilhões para 2018: elevar impostos, cortar mais gastos, acelerar os programas de concessão ou revisar a meta de primário. São todas de difícil execução. Para elevar tributos, o governo teria que passar pela falta de disposição do Congresso, o que poderia levar a mais concessões, há

pouca gordura para o corte de gastos e a revisão da meta pode prejudicar a nota soberana do Brasil.

"As agências de risco estão de olho nisso. Sobrou pouca margem de manobra", diz Sobral. Ontem, era forte a expectativa de que o governo poderia anunciar a revisão das metas de 2017 e 2018 e também um adiamento por um ano do reajuste dos servidores programado para 2018. No fim da tarde, o Ministério do Planejamento informou que as conversas sobre a questão serão retomadas na segunda-feira. A expectativa é que o governo fixe as metas de déficit primário de 2017 e 2018 em R\$ 159 bilhões.

Quanto à economia que poderia ser gerada por um INPC menor em 2018, Sobral, do Santander, cita estimativa da Instituição Fiscal Independente (IFI) de que R\$ 1 de variação no salário mínimo equivale a uma despesa adicional de R\$ 350 milhões nas despesas indexadas a ele. Dessa forma, um reajuste de 3,5% levaria o salário mínimo de atuais R\$ 937 para R\$ 969, em vez de R\$ 979 previstos pelo governo na LDO. A economia seria de R\$ 3,5 bilhões. Um INPC de 3% daria um alívio de R\$ 4,9 bilhões. "Dá alguma folga, mas não resolve o problema", afirma.

Técnico do governo ouvido pelo Valor considera que o cenário será melhor já que o reajuste do mínimo

capta uma inflação menor e o crescimento do PIB eleva a arrecadação, mas a ajuda, diz, não resolve o fiscal.

O Santander, que previa um déficit primário de R\$ 128 bilhões, ou 1,8% do PIB em 2018, num cenário em que a reforma da Previdência seria aprovada, deve revisar o dado para algo no meio do caminho entre esta estimativa e a de 2017, de R\$ 151 bilhões, ou 2,3% do PIB.

Carlos Lopes, economista do Banco Votorantim, observa que o teto de gastos também será corrigido em 3% (IPCA em 12 meses até junho), então o INPC mais baixo não ajuda muito o governo no curto prazo. De qualquer forma, diz, o impacto não seria grande e o governo ainda teria que contar com receitas extras, entre outras medidas, para cumprir a meta. O Votorantim vê um quadro fiscal crítico, já que não prevê avanço na reforma da Previdência.

"Parece pouco provável que haja avanços significativos na reforma, algo central para mudar a estrutura de gastos do governo", diz o banco em relatório. Seja como for, com o mercado "complacente", há um claro incentivo para que as metas de 2017 e 2018 sejam alteradas, diz o Votorantim. (Colaborou Edna Simão, de Brasília)

Para cortar gastos, reajuste de servidor será adiado para 2019

Por Fabio Graner, Andréa Jubé e Raphael Di Cunto | De Brasília

O governo entrou na reta final para anunciar medidas de redução de gastos, em meio à discussão de revisão das metas fiscais deste e do próximo ano. Em reunião que envolveu o presidente Michel Temer, ministros palacianos e lideranças do Congresso e que durou mais de três horas, a equipe econômica apresentou medidas como o adiamento por um ano do reajuste dos servidores públicos previsto para 2018, ideia antecipada há duas semanas pelo Valor. Se efetivada, a medida deve gerar uma economia estimada em R\$ 9,4 bilhões.

Também estava em preparação a possibilidade de limitar a R\$ 5 mil o salário de ingresso no serviço público, entre outras iniciativas no gasto com pessoal, que é o segundo maior grupo de despesas obrigatórias nas contas federais.

O governo teve ontem um dia de muitas reuniões e desencontros de

informações sobre os destinos das metas fiscais deste e do próximo ano. A manhã foi marcada pela intensa expectativa de que os novos objetivos fiscais seriam anunciados no início da tarde, com informações de bastidores apontando para a ampliação das metas de 2017 e 2018 para em torno de R\$ 159 bilhões. Atualmente, a meta deste ano é de déficit de R\$ 139 bilhões e a do próximo, R\$ 129 bilhões. O Palácio do Planalto chegou a deixar pronto um de seus salões para a entrevista do anúncio, que não ocorreu.

Segundo fontes, Temer teria pedido para os técnicos produzirem mais informações sobre as diversas iniciativas em preparação, revisão dos cálculos sobre a magnitude da mudança nas metas, além de querer aguardar informações sobre negociações no Congresso, como a que envolve o novo Refis. Além disso, a Fazenda indicava não estar convencida sobre se deveria ser o caso de mudar e também de anunciar logo a alteração das metas, tese defendida pelo Planejamento,

preocupado com a necessidade de enviar a proposta orçamentária no dia 31.

Fontes também informaram que o adiamento teve componentes políticos. Os líderes do Congresso querem construir um discurso para isentar o Legislativo da responsabilidade sobre os problemas das contas públicas.

Em nota conjunta divulgada ao fim da reunião, a Fazenda e o Planejamento disseram que nova reunião será feita na segunda-feira. "Assim que houver uma decisão em relação à meta fiscal, divulgaremos imediatamente", diz o texto.

Um dos participantes da reunião, o ministro da Secretaria de Governo, Moreira Franco, afirmou ao Valor que a reunião abrangeu novas medidas para reequilibrar as contas públicas evitando elevação de tributos. "É mais que a revisão da meta, o esforço que se está fazendo é para aprofundar o estudo das medidas e evitar, no limite do possível, qualquer aumento de





impostos", explicou Moreira, afirmando que deve haver anúncio na segunda. O ministro ressaltou que, se a crise não tivesse adiado a votação da reforma da Previdência, a situação fiscal poderia ser outra.

Apesar da já conhecida resistência dos congressistas à alta de impostos, o tema também foi abordado pela equipe econômica. O cardápio com quase duas dezenas de medidas foi apresentado, embora as chances de prosperar sejam reduzidas.

Líder da maioria na Câmara, o deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), afirmou que o governo ainda não decidiu se aumentará a meta fiscal de 2017 e 2018, mas, caso seja essa a opção, o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, quer que a mudança já esteja aprovada pelo Congresso até o dia 31, quando o governo é obrigado a encaminhar o projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2018. Isso permitiria aos técnicos do governo fazer uma peça menos apertada. Sem a mudança, despesas serão mais limitadas.

A aprovação de uma mudança na

LDO de 2018 dependeria da aprovação da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e de uma sessão do Congresso em menos de três semanas. O prazo é bastante curto, principalmente num cenário em que o governo ainda tem que evitar que medidas provisórias, como a que institui a Taxa de Longo Prazo (TLP), percam a validade.

Coimbra disse que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, se mostrou "mais otimista" em relação à arrecadação. "O ministro mantém certo otimismo sobre a receita. Ele acha que a curva de queda na arrecadação está diminuindo e pode ficar estagnada ou até crescer um pouco", disse o deputado. "A arrecadação demora mais a cair que outros indicadores econômicos e também demora mais a subir".

"Há preocupação de que o aumento de imposto deve ser evitado ao limite. É algo que a sociedade resiste, que as bancadas [partidárias no Congresso] resistem", afirmou Coimbra. As três possibilidades - ampliação da meta fiscal, aumento de imposto ou redução de gastos - não são excludentes, afirmou.

Anos difíceis

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

O governo está enrolado em dois problemas: a meta de 2017 e o Orçamento de 2018. O mais urgente é 2018, porque até 31 de agosto será enviado ao Congresso o projeto orçamentário. Pelas contas iniciais, será necessária uma receita extra de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões para ficar na meta de déficit de R\$ 129 bi em 2018. Uma das medidas é o adiamento dos reajustes salariais.

Sobre os problemas fiscais destes dois anos, o governo teve longas reuniões nos últimos dias. Primeiro com a equipe econômica, depois com integrantes do Congresso. A maior dor de cabeça do governo é como fechar as contas do ano que vem, e esse tem sido o assunto que concentra o maior tempo do debate interno. Se até este ano de 2017 é incerto, imagina o que é o exercício de futurologia sobre as contas de 2018. Não há dúvida de que a meta de 2017 será alterada porque houve uma série de frustrações de receita. Em julho, de novo, a arrecadação foi muito ruim. A questão é que há mais prazo para se definir a nova meta deste ano. Em 22 de setembro será feito o novo balanço bimestral de receita.

O governo pode antecipar essa data e propor uma nova meta. Há quem defenda que essa decisão seja tomada no começo de setembro quando já se saberá a arrecadação de agosto e se a adesão ao Refis foi mesmo tão ruim quanto tem sido até agora. Sobre 2018, é preciso definir agora a meta e tomar as decisões que permitam fechar o Orçamento. Os grandes números têm que estar prontos até o começo da próxima semana para que se possa fazer toda a preparação técnica do Orçamento. Pela LDO, a meta será um déficit de R\$ 129 bilhões.

Para cumpri-la, o governo precisa de mais R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões de receita, ou uma mistura de mais arrecadação e corte de despesas. Uma das medidas é o adiamento do reajuste salarial do funcionalismo. O aumento foi dado pelo governo Temer, de forma generalizada, para várias categorias, e em parcelas. A parcela do ano que vem será adiada. O cálculo é que isso economiza R\$ 9,7 bilhões. Foi avaliada uma alternativa mais suave: adiar para agosto, que levaria a uma economia de R\$ 4,7 bilhões. Está também na mesa a proposta de mudar os salários iniciais de carreiras que têm os vencimentos de entrada muito altos.

Isso não traria ganho agora, mas ajudaria na previsão de crescimento das receitas. Para terminar o

Orçamento do ano que vem não é difícil projetar a despesa, porque a regra do teto de gasto estabelece que é a despesa do ano anterior corrigida pela inflação. Houve um corte muito grande no investimento este ano, portanto a ideia com que a equipe trabalha é de reduzir despesa obrigatória para abrir espaço para investimento. O grande problema, contudo, é calcular a receita. Em 2017, houve as previsões de receitas extraordinárias, algumas se frustraram, outras não.

Mas para o ano que vem não há previsões de receita de concessão. Por isso a equipe econômica trabalha com a hipótese de aumento de impostos. E isso tem sido rejeitado pela área política. A meta de 2017 é de R\$ 139 bilhões, e houve um contingenciamento de R\$ 45 bilhões que, todos concordam, é impossível de cumprir. O ideal, se diz na equipe, é que ele possa ser reduzido em R\$ 10 bilhões. Isso elevaria a meta para R\$ 149 bilhões. Mas como tem havido inúmeras frustrações de receita, o governo trabalha com mais R\$ 20 bilhões de rombo, ou seja, uma meta de R\$ 159 bilhões de déficit. Já não há mais como aumentar alíquota de imposto algum, porque, como é preciso respeitar a noventaena, a arrecadação não entraria este ano.

O Congresso também precisa se comprometer a não criar novos





problemas para o governo, como está acontecendo com o Refis, que de refinanciamento de dívida está virando um perdão generalizado de devedores da Receita. No governo Dilma, o Congresso aprovava as pautas-bomba. Agora tem piorado todas as propostas que chegam, como fez com o refis. Não há ainda horizonte de equilíbrio das contas públicas brasileiras. Por enquanto, todo o embate no governo é em torno do tamanho do buraco fiscal no qual o país está. Ele tem crescido ao longo dos meses, por isso estão em debate as metas deste ano e do próximo.

Emendas alcançaram R\$ 5,7 bi, 33,4% a mais que o divulgado

Recursos para deputados foram liberados no primeiro semestre

THIAGO HERDY

-SÃO PAULO- O volume de emendas parlamentares liberadas pelo governo neste ano é 33,4% maior do que o identificado preliminarmente no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e usado como referência para o debate entre oposição e o governo sobre o uso político do mecanismo. Segundo dados do Ministério do Planejamento — que tem o controle do cofre —, Temer liberou R\$ 5,7 bilhões no ano, e não R\$ 4,1 bilhões, como vêm denunciando movimentos sociais e oposição.

A diferença de R\$ 1,57 bilhão é referente a gastos com emendas de anos anteriores — 2015 e 2016 — empenhados apenas em 2017 e também alvo de demanda constante dos parlamentares junto ao Executivo. Embora as emendas sejam impositivas, isto é, com execução obrigatória ao longo do ano, a liberação coincidiu com a negociação em torno de apoio parlamentar na votação que blindou o presidente Temer de uma investigação por corrupção passiva.

Em 2 de agosto, data da votação, o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy (PSDB-BA), foi flagrado por fotografos no plenário cobrando fidelidade dos que tiveram valores liberados. Ele nega que este fosse tema de conversa com os colegas. Há pagamentos para quem votou a favor e contra Temer. Obtidos via Lei de Acesso à Informação, os dados consideram empenhos de 1º de janeiro deste ano até a data da votação e foram extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo (Siop), vinculado ao Ministério do Planejamento.

O deputado federal Alessandro Molon (Rede-RJ) disse ontem que pretende incluí-los em pedido de investigação que promete levar à Procuradoria-Geral da República (PGR). — Isso torna a ação do governo ainda mais grave e reforça a denúncia de uso de dinheiro público para obstrução parlamentar da Justiça — disse Molon, para quem a medida “produziu resultado contrário ao interesse público” e “incompatível com a situação fiscal do país”.

As emendas ainda podem ser alvo de negociação com os parlamentares, mesmo que

consideradas, para fins políticos, com o status de “liberadas”. Isso porque nas planilhas do Siop os valores estão “empenhados”, isto é, reservados para serem gastos, e não necessariamente executados. Isso significa que em caso de contingenciamento, parte dos repasses poderá ser congelada. A equipe econômica estima um déficit de R\$ 139 bilhões neste ano, cenário com estimativa de agravamento.

“ESTRATÉGIA DE GOVERNABILIDADE”

Para o cientista político da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Marco Antonio Teixeira, a liberação de emendas se confunde com “compra de voto” quando vira “estratégia de governabilidade”. Ele critica o uso delas de forma “complementar à ocupação de cargos governamentais”, sem considerar “programa de governo ou proposta efetiva”. — Elas transformam parlamentares em braço do Poder Executivo.

Ao inaugurar obras, deputados abdicam de fiscalizá-lo — acredita. A Secretaria de Governo informou que “as emendas impositivas têm caráter de execução” nos “limites estabelecidos pela legislação”.

Ministério Público recua de pedido de reajuste

Proposta já havia sido aprovada em reunião; decisão ocorre um dia após STF rejeitar aumento a ministros

JAILTON DE CARVALHO

-BRASÍLIA- Um dia depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir não incluir reajuste salarial no orçamento, o Conselho Superior do Ministério Público recuou e resolveu retirar da proposta orçamentária um aumento de salário de 16,7% para procuradores da República em 2018. A proposta fora aprovada por todos os conselheiros, inclusive pela futura procuradora-geral, Raquel Dodge, uma das responsáveis pela inclusão do reajuste no orçamento.

Até o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Robalinho Cavalcanti, concordou com a decisão do conselho. Os conselheiros entenderam que, sem o reajuste salarial de ministros do STF, os procuradores não poderiam aumentar os próprios vencimentos. Por lei, a remuneração de ministros do STF é o teto do serviço público.

A retirada do reajuste foi aprovada numa reunião extraordinária do conselho convocada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Para Janot, depois da decisão do STF, caberia ao conselho reavaliar se manteria ou não a proposta de aumento no próprio orçamento. Caso fossem levados adiante, reajustes de salário de ministros do STF e procuradores da República poderiam

provocar efeito cascata em todo o funcionalismo público.

A medida teria forte impacto sobre os cofres públicos, sobretudo neste momento de aguda crise econômica. A situação é tão complicada que o governo está promovendo um plano de demissão voluntária em alguns setores do serviço público. No início da reunião, Janot citou as dificuldades de manter um reajuste para procuradores, sem deliberação similar do STF.

O procurador lembrou ainda que na proposta original de orçamento, apresentada por ele no mês passado, não havia a previsão de aumento. O reajuste foi incluído na proposta orçamentária numa sessão do conselho no final do mês passado, a partir de uma sugestão de Raquel Dodge e do subprocurador-geral Carlos Frederico, entre outros conselheiros.

O presidente da ANPR até sugeriu que se tentasse convencer a presidente do STF, Cármen Lúcia, a aderir ao movimento. Mas a iniciativa não deu resultado. — O Supremo Tribunal Federal deliberou ontem em não inserir na proposta nenhum porcentual de subsídios para seus ministros. A consequência é que o teto constitucional permanece como está. Não acredito que seja constitucional um projeto de lei que preveja aumento além do teto de subsídios — afirmou Janot.

DIFICULDADES TÉCNICAS E POLÍTICAS

O procurador-geral lembrou ainda que, antes da aprovação do reajuste, ele falou sobre as dificuldades técnicas e políticas para aprovar recomposição salarial em momento de crise. Ele disse, no entanto, que como o orçamento estaria sob a responsabilidade da futura procuradora-geral, caberia a ela decidir se haveria ou não meios para garantir o aumento.

Na reunião de hoje, ao longo do debate, Raquel mudou de ideia e também votou pela exclusão do reajuste do orçamento. Na sessão do Supremo Tribunal Federal da última quarta-feira, que determinou o orçamento da Corte para o ano que vem, Cármen Lúcia sustentou que o país, em grave crise financeira, não comportaria o aumento na folha de pagamento dos magistrados, que teria efeito cascata sobre o Judiciário em todo o país.

O ministro Ricardo Lewandowski defendeu o reajuste de 16,38% para os ministros como forma de recompor as perdas inflacionárias sofridas pela magistratura nos últimos anos. Mas a ideia de Lewandowski não encontrou respaldo entre os colegas para ser aprovada. Depois da defesa de Cármen Lúcia, o STF decidiu, por 8 votos a 3, encaminhar a proposta de orçamento sem prever o reajuste. Do orçamento aprovado, no valor de R\$ 708 milhões, R\$ 405,5 milhões já referem-se a gastos com pessoal.

Sem fechar as contas

Governo vai limitar salário inicial de servidor e adiar reajuste. Mesmo assim, elevará déficit

GERALDO DOCA, MARTHA BECK
E BÁRBARA NASCIMENTO

BRASÍLIA - O governo tem nas mãos um amplo pacote de redução de despesas — com foco nos gastos com funcionalismo — para tentar fechar as contas de 2018. As medidas incluem limitar o salário de ingresso do serviço público, fixar um prazo para o recebimento do auxílio-moradia, reduzir o valor da ajuda de custo (paga a funcionários transferidos de um estado para outro por necessidade de serviço), elevar a contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%, não preencher cargos que estejam vagos e adiar o reajuste das categorias de 2018 para 2019. Também está nos planos a extinção do auxílio reclusão, concedido a famílias de pessoas que estejam presas. Mesmo assim, as contas não fecham, e a equipe econômica deve ser obrigada a elevar a meta fiscal do ano que vem, fixada hoje num déficit primário de R\$ 129 bilhões. O número pode subir para R\$ 149 bilhões.

O cenário para 2017 também é negativo, e o rombo do ano deve passar de um déficit primário de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões. O governo planejava anunciar uma

revisão das metas fiscais de 2017 e 2018 ontem, junto das medidas de controle de gastos, mas não conseguiu fechar os números de arrecadação. Há frustrações de receitas tanto neste ano quanto no próximo e, por isso, também é preciso elevar tributos. No entanto, depois de uma reunião do presidente Michel Temer e da equipe econômica com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e com líderes, o governo ouviu que não há como garantir que aumentos de carga tributária serão aprovados no Congresso.

REJEIÇÃO A AUMENTO DE IMPOSTOS

Segundo um interlocutor, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, apresentou um cardápio com opções de tributos que poderiam ser majorados, mas houve uma forte reação dos políticos presentes da reunião. Temer, então, adiou o anúncio da revisão das metas para segunda-feira. Enquanto isso, a equipe econômica vai passar o fim de semana refazendo as contas — a pedido dos próprios parlamentares, disse um ministro. — Nós achamos que medidas que elevam impostos não avançam no Congresso. Só se for em último caso, inevitável, mesmo — disse um parlamentar da base de apoio ao governo. Para esse parlamentar, o fato de o presidente

ter admitido que estudava elevar alíquota do Imposto de Renda (IR) para salários mais altos acabou por criar uma barreira no Congresso. Nem mesmo a tributação de lucro e dividendos passa mais, destacou. Ele disse, ainda, que Meirelles justificou que o caminho mais fácil seria elevar só a meta fiscal, mas que isso teria um impacto negativo no mercado. Por isso, o ministro propôs cortar gastos e subir impostos.

TEMER: ‘GOVERNO NÃO MENTE’

Depois da reunião, Temer e os ministros da área econômica participaram de uma cerimônia para anunciar a divisão do lucro do FGTS, na tentativa de impor agendas positivas. No discurso, o presidente disse que o governo não mente e pode tomar medidas “rigorosas”: — A cada dia praticamos um ato, ora da responsabilidade fiscal, ou seja, o governo não mente para o povo brasileiro. Mas, muitas vezes, toma medidas rigorosas, mas indispensáveis para a higidez das finanças públicas. Antes de Temer, Meirelles citou aumento de impostos como uma possibilidade para aliviar os cofres públicos. — Ou aumenta mais imposto ou toma mais recursos emprestados da sociedade, aumentando a dívida pública e os juros — destacou Meirelles. Técnicos da equipe econômica afirmam que há incertezas envolvendo a arrecadação,





sobretudo em relação ao novo Refis, que poderia render R\$ 13,3 bilhões este ano.

A medida provisória (MP) que cria o programa foi desvirtuada pelo relator na Câmara, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), e, se for aprovada com as mudanças propostas, só vai render R\$ 400 milhões. O governo já avalia deixar o texto caducar e enviar ao Congresso um projeto de lei tratando do mesmo tema. De acordo com esses interlocutores, mesmo que a meta de 2017 suba para R\$ 159 bilhões, a conta não fecha se o Refis não for aprovado na forma como foi proposto pelo governo. Assim, o que vai ser discutido até segunda-feira é se é possível fechar com o Congresso um acordo sobre o programa. Como o ministro da Fazenda não quer que o novo rombo supere R\$ 159 bilhões (valor do déficit registrado em 2016), ele estaria disposto até mesmo a contingenciar ainda mais o Orçamento — que já foi cortado em R\$ 45 bilhões — para conseguir atingir o resultado do ano. Isso, contudo, deixa o país próximo do chamado shutdown, paralisação da máquina pública por falta de recursos.

Já está certo, segundo um assessor do presidente, que o reajuste dos funcionários públicos será adiado para aliviar as contas em 2018. Os cortes dos auxílios auferidos pela categoria também, apesar da necessidade de aprovação de projetos de lei e mesmo alteração à Constituição. A intenção é mostrar que, antes de elevar impostos, o governo vai cortar gastos. As

medidas serão detalhadas pelo Ministério do Planejamento hoje. Os números do pacote de redução de gastos ainda estão sendo fechados, mas a limitação do salário inicial dos servidores em R\$ 5 mil, por exemplo, daria uma economia de R\$ 83 bilhões aos cofres públicos num prazo de 30 anos. Essas pessoas teriam uma espécie de escadinha para aumento gradual de remuneração. Segundo integrantes do governo, existem hoje carreiras em que o funcionário ingressa no serviço público ganhando quase R\$ 20 mil. O adiamento dos reajustes do funcionalismo é a medida de maior impacto para 2017: economia de R\$ 9,7 bilhões.

Com a limitação do auxílio-moradia, o governo pode economizar R\$ 35 milhões por ano. Já o corte com ajuda de custo dá um alívio de R\$ 49 milhões anualmente. A extinção do auxílio reclusão, por sua vez, resulta numa economia de R\$ 600 milhões por ano. Os ministros da área econômica também passaram a defender a aprovação rápida de um projeto que está no Congresso e que fixa um teto remuneratório para os servidores públicos. A medida atingirá, principalmente, o Judiciário. Embora aumentem o rombo fiscal, as novas metas são ousadas, segundo interlocutores do governo. O potencial de frustração de receitas é superior a R\$ 20 bilhões em 2017. E, para 2018, o déficit detectado internamente varia entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões. Isso significa que o governo terá de apertar muito os cintos para chegar aos novos números.



MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL

CORTE DE DESPESAS
(ECONOMIA POR ANO)

R\$ 9,7 bilhões

Adiamento do reajuste salarial de várias categorias do serviço público previsto para 2018

R\$ 600 milhões

Fim do auxílio reclusão a detentos: nada muda para quem já recebe; mas novas concessões serão suspensas

R\$ 49 milhões

Redução dos gastos com ajuda de custo: servidores que são transferidos por necessidade de serviço recebem uma recompensa equivalente a três salários; a ideia é reduzir essa ajuda para um salário

R\$ 35 milhões

Redução do auxílio-moradia: Num prazo (entre 18 meses e 24 meses), o servidor receberá o valor integral; depois desse prazo, o auxílio começa a cair gradualmente mês a mês até ser extinto

ECONOMIA A LONGO PRAZO

Limitação do salário de entrada dos trabalhadores no serviço público a

R\$ 5 mil e progressão ao longo da carreira

Economia de R\$ 83 bilhões num prazo de 30 anos



AUMENTO DE RECEITA

Aumento da contribuição previdenciária dos servidores federais

de 11% para 14%

Fonte: Equipe econômica

Editoria de Arte

Brasil, capital Cabul

BERNARDO MELLO FRANCO

BRASÍLIA - A Câmara começou a votar um novo pacote de mudanças na lei eleitoral. Entre as ideias em alta, estão a criação de um fundo para financiar as campanhas e a adoção do distritão. A lógica que rege as propostas é a mesma: facilitar a reeleição dos atuais deputados em 2018.

O fundo espantaria o fantasma que mais assombra os políticos depois da Lava Jato: ficar sem dinheiro para pedir votos. Preocupados com o veto às doações de empresas, os parlamentares decidiram esperar a conta no contribuinte. O orçamento para o ano que vem chegaria a R\$ 3,6 bilhões. Ninguém falou em reduzir custos de campanha, claro.

A outra novidade no forno é o distritão, que muda a forma como os deputados são eleitos. Seu maior entusiasta era Eduardo Cunha, sumido de Brasília por razões de força maior. Agora a bandeira está com Michel Temer. Ele orientou os aliados a provarem o modelo numa comissão especial, na madrugada de quinta.

O distritão transforma a eleição

para deputado numa disputa majoritária. O sistema enfraquece os partidos, reduz a representação das minorias e dificulta a renovação do Congresso. Quem ganha são os políticos com mandato e figuras conhecidas, como artistas e jogadores de futebol.

"Se o distritão for aprovado, sentiremos saudades do sistema atual, apesar dos seus problemas", prevê o cientista político Jairo Nicolau, da UFRJ. "As chances de os atuais deputados se reelegerem ficará ainda maior. Com a dinheirama do fundo, será um ótimo negócio para eles."

A fórmula foi testada no Japão, que a abandonou depois de uma série de escândalos nos anos 90. "O sistema estimulou o clientelismo e a corrupção. Os partidos de lá estavam virando grandes PMDBs", conta Nicolau.

Hoje o distritão só é adotado em quatro países: Afeganistão, Jordânia, Vanuatu e Ilhas Pitcairn, um simpático arquipélago de 56 habitantes. Antes de imitar o modelo afegão, nossos congressistas deveriam passar uma temporada em Cabul.

Temer cogita cortar gasto para conter rombo

JULIO WIZIACK
MARINA DIAS
BRUNO BOGHOSSIAN
DE SÃO PAULO

Além de aumentar as metas de deficit fiscal de 2017 e 2018, o governo calcula que precisa gerar novas receitas e cortar ao menos R\$ 10 bilhões em despesas com servidores e obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para fechar suas contas.

A área econômica detectou que os rombos previstos são maiores do que os R\$ 159 bilhões que devem ser anunciados segunda (14) como meta para este e o próximo ano.

A decisão foi tomada em reunião entre o presidente Michel Temer, integrantes da cúpula do governo, parlamentares e os ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Dyogo Oliveira (Planejamento) nesta quinta-feira (10).

O governo pretende ampliar o

deficit deste ano de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões e, para o próximo ano, de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões. Os números já levam em conta a frustração de receitas com o Refis, que não deve avançar como o esperado no Congresso.

Sem o projeto de renegociação das dívidas com o fisco, o rombo real em 2017 é de R\$ 174 bilhões, segundo cálculos da Fazenda. Por isso, Meirelles quer insistir no Refis.

O governo previa arrecadar R\$ 13 bilhões com o programa, mas tenta negociar um novo texto que gere pelo menos R\$ 10 bilhões. Outros R\$ 5 bilhões do Orçamento poderiam ser bloqueados para que o rombo não ultrapasse os R\$ 159 bilhões. O impasse foi um dos motivos que levaram ao adiamento do anúncio da revisão das metas, previsto para esta quinta.

O rombo real calculado para 2018 também está em torno de R\$ 170 bilhões, mas o governo quer

limitar esse deficit a R\$ 159 bilhões.

A ideia é cortar gastos para atingir essa marca e, com novas receitas, tentar reduzi-la para R\$ 149 bilhões ou menos. Isso seria um sinal ao mercado de que há uma trajetória de controle do rombo.

Entre as medidas em análise, está o adiamento para 2019 do reajuste salarial de algumas categorias dos servidores públicos, o que poderia gerar uma economia de R\$ 9 bilhões. Além disso, o governo quer aprovar a proposta de cumprimento do teto salarial no serviço público e acabar com o auxílio-reclusão. Sobre receitas, a Fazenda estuda acabar com a isenção de IR sobre LCA (Letra de Crédito Agrícola) e LCI (Letra de Crédito Imobiliário), além de taxar lucros e dividendos.

O aumento de impostos, porém, precisa ser aprovado pelo Legislativo, que resiste em arcar com o ônus de medidas impopulares às vésperas das eleições. Participantes da reunião desta quinta no Planalto





descreveram um clima de animosidade entre a equipe econômica e a cúpula do Congresso.

"O caminho para não aumentarmos impostos, para a inflação ficar baixa e para os juros caírem, é de fato controlar as despesas. É a única saída", disse Meirelles.

Integrantes da equipe econômica trabalham com outras medidas que possam ampliar as receitas em 2018.

O projeto de regulamentar os jogos no Brasil ganhou força, com previsão de arrecadação de R\$ 20 bilhões. A proposta precisaria ser

aprovada pelo Congresso.

Caso não seja possível, há estudos para fazer a concessão da Lotex por cerca de R\$ 2 bilhões, e, por meio de medida provisória, permitir que empresas, inclusive estrangeiras, possam atuar como concessionárias de apostas eletrônicas.

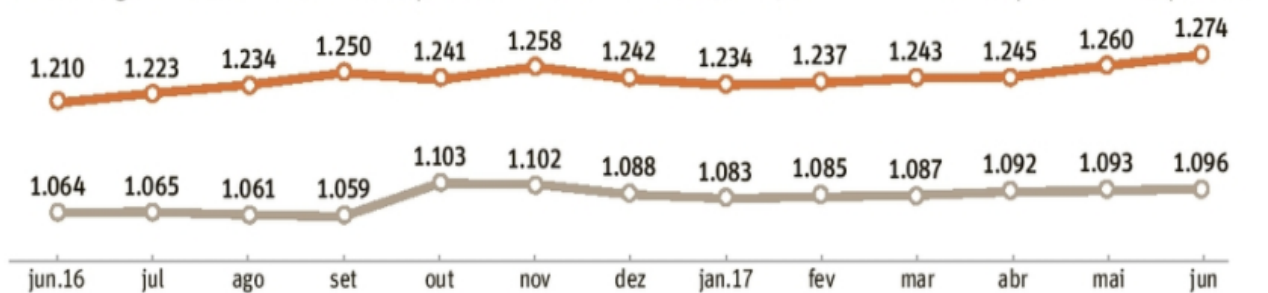
Os estudos estão avançados e indicam que seria possível levantar pelo menos R\$ 6 bilhões. Por ano, o negócio geraria R\$ 4 bilhões em impostos. No setor elétrico, o governo estuda leiloar sobras de energia. Para contratos de cinco anos, a União conseguiria levantar R\$ 2,9 bilhões. Para 20 anos, a

outorga poderia render até R\$ 27 bilhões.

A Instituição Fiscal Independente, do Senado, prevê deficit de R\$ 149,3 bilhões em 2018 para todo o setor público, acima da meta de R\$ 131,3 bilhões —R\$ 129 bilhões do governo federal mais o resultado de Estados, municípios e estatais. Além da redução do ponto de partida — 2017 deve fechar com rombo maior que o previsto—, a previsão é que as receitas extras (não recorrentes) sejam menores e as despesas obrigatórias cresçam R\$ 7,8 bilhões no próximo ano.

O TAMANHO DO BURACO Com despesas crescentes e receitas frustrantes, governo reavalia sua meta fiscal

Contas do governo central Receitas e despesas acumuladas em 12 meses, em R\$ bi



Deficit primário Acumulado em 12 meses, em R\$ bilhões



*Pode mudar para R\$ 158 bilhões Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento

Para o teto não ruir

PEDRO LUIZ PASSOS

Ao negar a abertura de processo contra o presidente Michel Temer, a Câmara devolveu ao governo a oportunidade para liderar a agenda de reformas.

Mas, abatido politicamente e com a base parlamentar fraturada, seus projetos reformistas vão em direção oposta à das contas públicas cada vez mais deficitárias.

A ação dos lobbies grudados no Tesouro e as investidas do alto funcionalismo para preservar benefícios evidenciam a inaptidão das elites dirigentes, políticas e empresariais em liderar um projeto transformador, em oposição às forças indiferentes às necessidades da economia e da população.

A dificuldade de tramitação das medidas reformistas se revela em três projetos fundamentais, indo da reforma da Previdência ao retorno ao texto básico dos projetos de refinanciamento de dívidas tributárias (Refis) e de reoneração da folha

(que o governo teve de retirar do Congresso), ambos deformados de forma escandalosa na Câmara.

O que está em jogo é construir uma racionalidade para o explosivo deficit fiscal, projetado neste ano e no próximo, respectivamente, em R\$ 139 bilhões e R\$ 129 bilhões, sem lesar ainda mais a atividade econômica. Mas nem isso o governo vai entregar.

A necessidade de um arranjo realista transcende a eventual apresentação de novas denúncias contra o presidente, pois é o ordenamento público que está em causa.

Na reforma previdenciária, não se pode perder o mérito da proposta original, que visa atacar o maior foco do deficit orçamentário. Eventuais ajustes para aprová-la precisam manter tal objetivo.

O equacionamento do deficit previdenciário, que avança R\$ 50

bilhões ao ano, se não alivia à vista o caixa do Tesouro, rompe com três décadas de gasto público crescendo à frente do PIB. Isso se tornou insustentável, já que as formas de bancá-lo via carga tributária e dívida pública ultrapassaram o razoável.

Já os projetos originais do Refis e da reoneração da folha teriam efeito imediato no caixa, repondo parte da arrecadação frustrada pela recessão e pela previsão não confirmada de receitas extraordinárias.

Também não podem faltar ações assertivas no corte de despesas públicas. Mas até o adiamento aventado pelo governo dos aumentos salariais dos servidores ainda está em discussão no Planalto.

Executivo e Legislativo precisam dar provas claras do compromisso com a agenda econômica, cujas etapas iniciais —com a reforma trabalhista, a abertura da exploração do pré-sal ao capital privado e a PEC do Teto— deram o alento que





sustentou a economia no momento mais agudo da crise política.

Mas muito estranho é o silêncio ensurdecedor dos ditos reformistas. Caso estejam de fato comprometidos com a modernização da economia, deveriam sair em defesa dessa agenda e dos ajustes microeconômicos, como a reforma tributária, a abertura econômica e a revisão do aparato regulatório. Parte influente da elite empresarial não se convenceu em dar ao Brasil a chance de melhorar.

Só se tais projetos estivessem endereçados seria possível aceitar como inevitável o aumento da meta

do deficit fiscal —uma medida indesejável, que traz embutido o risco de abalar ainda mais as expectativas.

Talvez seja esse o preço a pagar para que o país recupere a confiança e a previsibilidade. Ou seja, piorar o que já está ruim antes de começar a melhorar.

Rever a meta fiscal significa postergar o enfrentamento do que já tarda resolver e seguir submetidos a incertezas, balões de ensaio e ameaças de punhaladas tributárias. Nada disso reforça o ambiente econômico e o apetite pelo investimento.

Governo prevê economia de R\$ 9 bi ao adiar reajuste de servidores para 2019

Aperto no Orçamento. Além disso, está em negociação a criação de um limite de R\$ 5 mil para os salários de funcionários públicos em início de carreira e corte de gastos em benefícios como auxílio-moradia; servidores já ameaçam fazer paralisações

Lorena Rodrigues
Idiana Tomazelli

Com dificuldades para fechar as contas, o governo deve anunciar uma série de medidas para conter gastos com o funcionalismo, entre elas o congelamento dos reajustes dos servidores do Executivo, previstos para 2018. Também está sendo negociada a fixação de um limite de R\$ 5 mil para os salários de servidores em início de carreira e corte de gastos em benefícios como auxílio-moradia, auxílio - reclusão e ajuda de custo, todas antecipadas pelo 'Estadão/Broadcast'. A ideia do governo é postergar para janeiro de 2019, ou seja, em um ano, os reajustes prometidos a maioria das carreiras de funcionários públicos.

A medida traria uma economia de cerca de R\$ 9 bilhões para o

próximo ano, ajudando a fechar as contas do orçamento. A previsão é que o adiamento dos aumentos seja parte de um "pacote" de medidas para controlar as despesas com o funcionalismo, que representam o segundo maior gasto no Orçamento, atrás apenas do pagamento de aposentadorias e pensões. A maior parte desses aumentos foi aprovada ainda no ano passado pelo Congresso, e agora é preciso nova alteração legislativa para adia-los. O mais provável é que a proposta seja encaminhada em uma ou mais Medidas Provisórias (MPs), que têm vigência imediata. Encontrará forte resistência do funcionalismo, que já se articula para promover paralisações e pressionar parlamentares.

Em outubro, o Estadão/Broadcast antecipou que o governo estudava rever o salário inicial de várias categorias. Hoje, os servidores de algumas carreiras já entram ganhando salário próximo do teto do funcionalismo (R\$33,9 mil), o que deixa pouco espaço para a progressão. Ainda estão sendo definidas as carreiras que serão atingidas por essa

limitação – restrita, no momento, a servidores do Executivo. Categorias como analistas do Tesouro e do Banco Central e auditores da Receita têm os salários iniciais mais altos – estes últimos, de R\$ 19,2 mil.

A discrepância é ainda maior quando entram na comparação os salários da iniciativa privada. O rendimento médio no País hoje é de R\$ 2,1 mil ao mês. Também podem ser anunciadas a revisão de auxílios pagos ao funcionalismo, como auxílio moradia e ajudas de custo. Segundo o Ministério do Planejamento, nove tipos de auxílios pagos a servidores de todos os poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público da União e Defensoria da União) consumiram R\$ 16,6 bilhões no ano passado – R\$ 12,9 bilhões somente no Executivo. Mas nem todos os auxílios serão revistos neste momento. Entrou na discussão também mudanças no auxílio-reclusão, pago a dependentes de presos que contribuíram ao INSS. O corte economizaria R\$ 600 milhões por ano.

Servidores públicos ameaçam recorrer à Justiça por reajuste

Sindicatos alegam descumprimento de acordo na proposta de adiamento do reajuste salarial e já começam a discutir paralisações

Lorenna Rodrigues

Enquanto o governo define o tamanho do pacote de medidas para reduzir os gastos com pessoal, o funcionalismo se prepara para o embate. Representantes de diferentes sindicatos têm mantido reuniões para traçar estratégias contra o adiamento do reajuste de 2018 para 2019 e outras medidas, como a limitação do salário inicial de categorias a cerca de R\$ 5 mil. Várias carreiras já começam a discutir paralisações. A pressão também será grande no Congresso Nacional. Como os aumentos estão previstos em lei, qualquer mudança terá que passar pelo aval dos deputados e senadores. O adiamento deve ser enviado por medida provisória, o que garantiria a entrada imediata em vigor e já traria economia para o governo. “Será uma pressão muito grande em cima dos parlamentares.

É descumprimento dos

acordos, o governo tem que respeitar a segurança jurídica também para os servidores”, afirma o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Jordan Pereira. As categorias também ameaçam recorrer ao Judiciário para derrubar as medidas. “Com certeza uma das alternativas será recorrer à Justiça. Não vamos aceitar que o governo jogue isso na conta dos servidores. É um desmonte do serviço público federal”, afirmou o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco), Cláudio Damasceno.

Os sindicalistas criticam a limitação do salário inicial do funcionalismo. “Vai causar falta de atratividade. À medida que vai retirando todos os atrativos, você acaba comprometendo a qualidade do serviço público”, afirmou Cláudio Damasceno. Carreirão. No fim de 2015, o governo concedeu reajuste 10,8%, parcelado em dois anos para o chamado “carreirão do Executivo”, formado em sua maioria por funcionários da burocracia administrativa. Para as carreiras de Estado, que são

formadas por funcionários geralmente de salários mais elevados e que atuam em áreas como arrecadação, fiscalização e segurança, o aumento foi de 27,9% em quatro anos: 5,5% em 2016; 6,99% em 2017; 6,65% em 2018; e 6,31% em 2019.

São esses os servidores que serão atingidos agora pelo adiamento, entre eles auditores da Receita, Policiais Federais, analistas do Tesouro Nacional e do Banco Central. Apesar das dificuldades fiscais do governo, os parlamentares são muitas vezes sensíveis às reivindicações do funcionalismo. No ano passado, o reajuste para os servidores do Judiciário, por exemplo, foi aprovado depois de inúmeras e barulhentas paralisações em frente e nos corredores do Congresso Nacional. Em 2016, a então presidente Dilma Rousseff também teve que adiar o aumento já negociado com servidores, de janeiro para agosto. Naquela época, no entanto, o reajuste não estava previsto em lei, havia apenas sido acordado com as categorias.

‘Salários do BNDES fazem corar’, diz ministro do TCU

Tribunal iniciou varredura na remuneração de servidores de empresas estatais e citou o banco como exemplo

André Borges

O Tribunal de Contas da União (TCU) começou a fazer uma varredura nos salários e benefícios de remuneração pagos pelas estatais federais. O objetivo é identificar exageros da gestão pública e possíveis irregularidades na concessão de benefícios. A auditoria foi aprovada pelo plenário da corte de contas no dia 14 de junho e está sendo conduzida pelo ministro relator Walton Alencar Rodrigues. Em sua justificativa para realizar o trabalho, Walton citou o exemplo do BNDES, banco estatal que, segundo o ministro, chegou a transferir “centenas de milhões de reais da atividade fim da instituição para seu fundo de pensão, de forma absolutamente criminosa, inconstitucional e ilegal”. “Cito especificamente o BNDES, cujos 5 mil empregados,

sobre receberem 16 salários por ano, fazem-no em valores que fariam corar qualquer pessoa dotada de bom senso.

Afinal, não dependem do Tesouro, mas a União é a maior acionista”, afirmou Walton, em comunicado que oficializou o início da auditoria. “Em última análise, é dinheiro público que custeia os altíssimos salários. E indago com que moral ou fundamento pode um bancário da estrutura ordinária de uma empresa estatal ganhar mais do que um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), digo, várias vezes o subsídio de um ministro do STF, ou plúrimas vezes o que ganha o seu congênere na iniciativa privada.” Segundo o ministro, todos os dados relacionados aos salários pagos pelas estatais no Brasil “constituem segredo guardado a sete chaves” e que, quando tornados públicos, passam a ser “motivo de escândalo”. Procurado, o BNDES informou que não comentaria as declarações do ministro do TCU.

Governo adia decisão sobre meta fiscal

Ministros mais próximos de Temer e até integrantes da equipe econômica divergem sobre a ampliação no déficit previsto para 2018

A pressão de integrantes do governo e de lideranças políticas por uma meta fiscal que permita um rombo neste ano maior do que os R\$ 159 bilhões registrados em 2016 deflagrou um verdadeiro embate em reunião ontem no Palácio do Planalto. A equipe econômica é contra ampliação nessa magnitude, que sinalizaria falta de compromisso com o ajuste fiscal. Isso porque, se a meta permitir terminar o ano no vermelho em mais de R\$ 159 bilhões, o governo mostraria descontrole na trajetória de rombos nas contas públicas. A expectativa era de que os novos objetivos da política fiscal fossem anunciados ontem, mas a decisão foi adiada para a semana que vem.

A mudança na meta – que considera receitas e despesas e não leva em conta os gastos do governo federal com o pagamento de juros da dívida pública – é considerada inevitável diante da frustração de arrecadação devido ao lento crescimento econômico e a medidas adotadas pelo Congresso. Com isso, o governo terá de ampliar a previsão de déficit em 2017, até o limite de R\$ 159 bilhões, como antecipou o

Estadão/Broadcast. Para 2018, há chances reais de a meta ficar no mesmo patamar, embora a equipe econômica trabalhe para acenar com uma redução do rombo, para R\$ 149 bilhões. Os números finais ainda serão fechados: o presidente Michel Temer deve se reunir com os ministros no domingo e na segunda-feira. Ontem, os ministros mais próximos do presidente, Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência), chegaram a bater boca por causa da mudança na meta.

Enquanto Padilha concorda com a visão do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, de que é preciso fazer a alteração sob um limite e com responsabilidade, Moreira Franco e congressistas fazem pressão por mais dinheiro. Moreira chegou a sugerir que a meta fosse ampliada para déficit de R\$ 189 bilhões. Temer precisou intervir e pediu calma aos ministros. À noite, em nota enviada por sua assessoria, Padilha negou ao Estadão/Broadcast “qualquer divergência com o ministro Moreira Franco”. Esse não é o primeiro sinal de divisão no governo em relação à meta fiscal.

Na equipe econômica, há divergências sobre o “timing” da alteração. Enquanto a Fazenda defende esperar informações sobre a arrecadação do mês de agosto e

também do Refis (parcelamento de débitos tributários), há outra ala, inclusive no Ministério do Planejamento, que avalia não ser possível esperar. Para cumprir a meta atual, de déficit de R\$ 139 bilhões, o Orçamento está congelado em R\$ 45 bilhões e há o risco de um “apagão” na máquina administrativa por falta de dinheiro. A reunião de ontem havia sido convocada para articular a derrubada de “pautas-bomba” no Congresso, como a mudança no Refis, que reduz drasticamente a arrecadação do governo. Mas o vazamento dos números avaliados para as novas metas acabou colocando o tema em discussão. No início da semana, o ministro da Fazenda chegou a afirmar que não havia data estipulada para o anúncio.

Meta “frouxa”. Assessores presidenciais têm alertado que, ao propor uma meta fiscal “frouxa”, com espaço para mais gastos, Temer corre o risco de ter o mesmo desfecho da ex-presidente Dilma Rousseff, que perdeu o cargo após ser condenada por crime de responsabilidade. Moreira Franco argumentou que há cobranças do Centrão, bloco de partidos médios que têm ampliado seu poder de pressão, e que é preciso atender “o que for necessário” das demandas dos parlamentares. O líder do governo no Senado,





Romero Jucá (PMDB-RR), foi um dos poucos a defender a posição da equipe econômica. Entre os demais congressistas, prevaleceu o discurso de que o aumento de impostos “não passa de jeito nenhum” no Congresso a pouco mais de um ano para as eleições de 2018.

A situação das contas é dramática, e o Tribunal de Contas da União está vigilante para qualquer decisão, uma vez que já condenou Dilma por ter deixado para o fim de 2014 a mudança da meta daquele ano. Isso também está no radar da equipe econômica, mas a avaliação é de que é preciso cautela na avaliação dos números.
/ IDIANA TOMAZELLI, CARLA ARAÚJO, EDUARDO RODRIGUES, LORENNA RODRIGUES, IGOR GADELHA E RENAN TRUFFI

CONJUNTURA » Pacote deve suspender reajuste para servidores

Governo quer adiar para 2019 aumentos salariais do funcionalismo programados para o ano que vem. Medida deve proporcionar economia de R\$ 10 bilhões em 2018 e contribuir para melhorar as contas públicas. Mesmo assim, deficit previsto será maior

ROSANA HESSEL
HAMILTON FERRARI
ESPECIAL PARA O CORREIO

O governo deve anunciar hoje um pacote de medidas com o objetivo de reduzir despesas com o funcionalismo público. Uma das iniciativas é o adiamento dos reajustes salariais de 2018 para 2019, que permitiria uma economia de R\$ 10 bilhões no próximo ano. Além disso, o governo pretende limitar o salário de entrada no Executivo para R\$ 5 mil e criar vários níveis de remuneração das carreiras como forma de premiar os melhores profissionais com promoções. O objetivo do pacote é tornar a máquina pública mais eficiente a médio e a longo prazos. “Vamos reduzir gastos obrigatórios”, avisou um técnico do governo ao Blog do Vicente.

O crescimento das despesas com a folha de salários é um dos motivos da elevação dos gastos públicos e do fracasso do governo em cumprir as metas fiscais deste ano e do

próximo. Por terem se tornado inexequíveis, elas serão alteradas e o anúncio da mudança deverá ser feito na próxima segunda-feira. Para justificar a suspensão dos reajustes, técnicos da equipe econômica argumentam que os aumentos generosos concedidos aos funcionários públicos no ano passado não são compatíveis com um país com mais de 13 milhões de desempregados e que registra queda contínua na arrecadação, devido à economia enfraquecida. Só neste ano, a despesa com pessoal será R\$ 26,7 bilhões maior que a de 2016. Até 2019, a conta dos reajustes soma R\$ 100 bilhões.

Outra medida que está sendo aventada é a aplicação efetiva do teto constitucional de R\$ 33,7 mil no setor público, que não é respeitado graças às inúmeras gratificações que poderiam ser cortadas porque não são despesas obrigatórias. “Se esse teto fosse observado, o governo poderia economizar R\$ 22 bilhões por ano”, estimou o estrategista da XP Investimentos, Celson Plácido.

Os gastos com pessoal e com a Previdência corresponderam a 59,3% de todas as despesas do governo no primeiro semestre deste ano, somando R\$ 359,1 bilhões. E a folha de salários é a que cresce em ritmo mais acelerado. De janeiro a junho, saltou 11,3% acima da inflação enquanto os benefícios previdenciários cresceram 6,9%,

conforme dados do Tesouro Nacional.

Novas metas

Após dois dias de reuniões com a equipe econômica e parlamentares, o presidente Michel Temer não conseguiu bater o martelo sobre as novas metas fiscais de 2017 e de 2018, principalmente, pela falta de consenso sobre um novo aumento de imposto no ano que vem. Em nota conjunta divulgada na tarde de ontem, os ministérios do Planejamento e da Fazenda informaram que as conversas continuarão na próxima segunda-feira e que, assim que houver uma decisão, ela será anunciada “imediatamente”.

A expectativa é que a meta deste ano, que é de deficit de até R\$ 139 bilhões, seja ampliada para algo entre R\$ 155 bilhões e R\$ 159 bilhões. A equipe econômica defendeu também o aumento da meta fiscal de 2018, que é de um rombo de R\$ 129 bilhões, para R\$ 160 bilhões. Mas as contas preliminares indicam que existe um buraco extra de R\$ 30 bilhões para ser coberto, já descontando a economia com o adiamento dos reajustes dos servidores.

Na reunião de ontem quando foi cogitado aumento de impostos para cobrir o rombo adicional, o clima ficou tenso. O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE),





protestou. Ele disse entender a preocupação da equipe econômica com a avaliação do mercado financeiro, mas frisou que aumento da carga tributária não terá apoio do Congresso Nacional.

A mudança da meta é reflexo da constante frustração de receita do governo devido à fraca recuperação da economia, mas a preocupação no mercado financeiro é crescente. A economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, reconheceu que a crise fiscal é preocupante, mas disse que o mercado reconhece o esforço do governo de tentar cumprir a meta. “Enquanto houver a expectativa de que as reformas são possíveis, o mercado conseguirá digerir a mudança nas metas. Mas, se não houver mais essa perspectiva, a confiança voltará ao quadro do pré-impeachment”, alertou.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, demonstrou preocupação com as divergências entre a equipe econômica e o Congresso. “Por estar refém da classe política depois da denúncia feita contra ele, Temer não vai conseguir obter tão

facilmente o que deseja, especialmente a um ano da eleição. A ideia de um desmonte do governo está se acelerando e me pergunto até quando a equipe econômica vai aguentar a situação. Parece que a classe política ainda não tem percepção da crise fiscal em que estamos”, destacou.

Flávio Serrano, economista sênior do Banco Haitong, lembrou que os analistas já esperavam a mudança das metas fiscais, mas assinalou que, se os novos objetivos forem piores do que os resultados de anos anteriores, o risco Brasil tende a subir. Ontem, o contrato de swap de default de crédito (CDS) de cinco anos, que mede a preocupação dos investidores, subiu 2,7% e atingiu 204,9 pontos. “A equipe econômica tem uma posição de maior austeridade com os gastos. Mas o Brasil está em situação fiscal péssima e o aumento de impostos, infelizmente, é o único meio de sair desse buraco”, avaliou.

R\$ 26,7 bilhões

Acréscimo da folha de pagamento da União neste ano, em relação a 2016

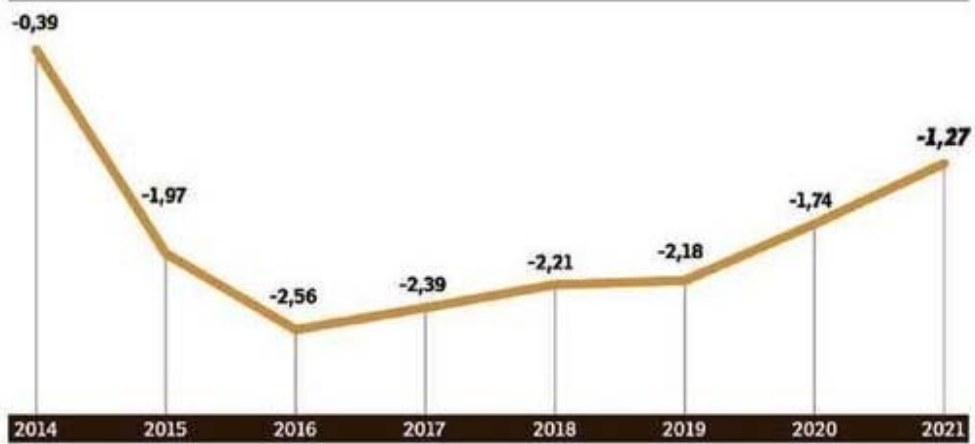




Trem desgovernado

Rombo das contas públicas continuará até depois de 2021, e, portanto, a meta fiscal precisará ser alterada

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (% DO PIB)

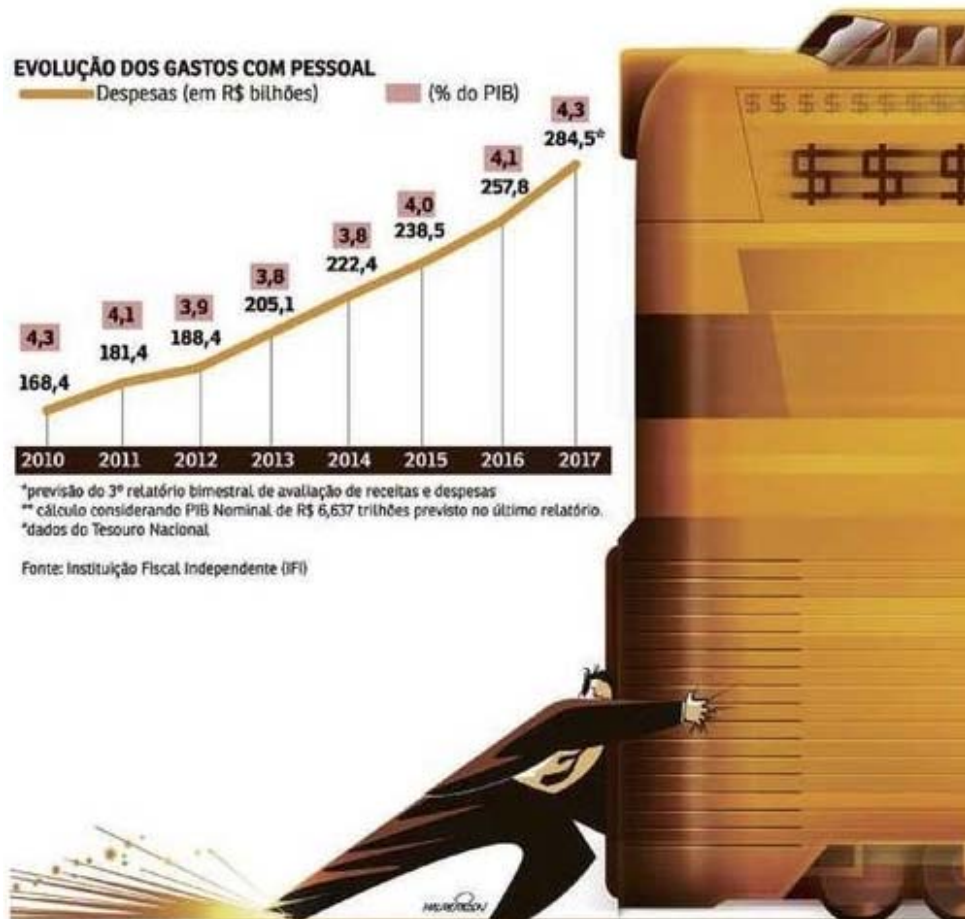


EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL



*previsão do 3º relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas
** cálculo considerando PIB Nominal de R\$ 6,637 trilhões previsto no último relatório.
*dados do Tesouro Nacional

Fonte: Instituição Fiscal Independente (IFI)



Sindicatos prometem reagir

VERA BATISTA
MARLLA SABINO
ESPECIAL PARA O CORREIO

A sinalização do governo de que deve suspender em 2018 os reajuste salariais dos servidores desagrada a categoria e atinge em cheio as carreiras de Estado que fecharam acordos remuneratórios em quatro parcelas até 2019 (5,5%, em 2016, 6,99%, em 2017, 6,65%, em 2018, e 6,31%, em 2019). De acordo com Cláudio Damasceno, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco), as entidades não devem aceitar a medida de braços cruzados. Ele não descarta a possibilidade de greves e paralisações e afirma que a medida será inócua, pois, no futuro, o governo terá de pagar o combinado com atualização monetária. “Tudo pode acontecer se o governo insistir em levar isso adiante”, afirmou.

Na avaliação de Damasceno, a atitude do governo “é uma tentativa de jogar o desarranjo das contas do país nas costas dos servidores públicos”. Para André Perim, presidente da Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura (Aneinfra), o governo

falhou ao não abrir o diálogo com os representantes da classe. “Isso não significa que aceitaríamos, mas gera uma chateação, pois tínhamos um acordo”, afirmou.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Silva, lembrou que, como as negociações já estavam em andamento durante a tramitação da emenda que limita os gastos da União, os reajustes não podem ser incluídos no pacote. “É um desrespeito. O presidente Temer chegou ao governo falando que acordos eram para ser cumpridos. Agora, dizemos que lei é para ser cumprida. Não podemos aceitar que façam o que quiserem com o funcionalismo”, criticou.

Pelos cálculos do presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, partindo do princípio de redução de gastos de R\$ 11 bilhões, o desembolso crescerá, pelo menos, em R\$ 1,6 bilhão. Ele considerou juros de aproximadamente 5% nas indenizações de passivos trabalhistas, equivalentes a R\$ 500 milhões, mais os honorários advocatícios de 10%, o que custaria R\$ 1,1 bilhão ao governo. “A conta se refere apenas ao custo financeiro

de oito carreiras que tiveram as reivindicações salariais encerradas após a aprovação da emenda constitucional que definiu o teto dos gastos”, explicou.

A intenção do governo dividiu especialistas. Para o advogado Rudi Cassel, do escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados, o texto da emenda constitucional que estabeleceu o teto dos gastos deixou claro que os efeitos não podem ser aplicados a atos anteriores. “Todas as carreiras estavam em negociação. E ainda que o reajuste seja parcelado, gera direito no momento da publicação da lei”, garantiu. “Tudo indica que os servidores ganharão a causa, e a conta será paga por quem estiver no poder”, ressaltou.

Já para Max Kolbe, do Kolbe Advogados Associados, não existe direito absoluto e não se pode colocar o servidor acima das necessidades da coletividade. “A pergunta que se faz é em que medida o benefício de algumas categorias vai prejudicar a sociedade. Se o ganho coletivo for maior, vale o congelamento de salários. É possível, plausível e razoável”, destacou.

Procuradores sem aumento

RENATO SOUZA

Após os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidirem cancelar o reajuste dos próprios salários para 2018, foi a vez dos procuradores seguirem o mesmo caminho. O Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) desistiu de pedir aumento de 16,7% para os procuradores. A decisão foi tomada em uma reunião extraordinária convocada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O aumento foi uma iniciativa da substituta dele, Raquel Dodge, que assume o cargo em 18 de setembro.

Na semana passada, durante reunião com os procuradores, Janot disse que não cortaria a previsão de aumento salarial. Ele destacou que a tarefa era da nova procuradora e que a medida exigiria muito capital político e negociação, tendo em vista a crise econômica enfrentada pelo país.

Não satisfeita, Dodge enviou ofício ao Conselho solicitando que Janot indicasse um orçamento com a previsão de reajuste. Ela propôs cortes nos aumentos concedidos a assessores do órgão para permitir a correção dos ganhos dos procuradores. Agora, com a decisão do STF, o CSMPF desistiu de vez da ideia. Mas isso não ocorre por vontade própria, mas por uma interpretação legal. Como os salários no serviço público têm como limite o vencimento dos ministros do STF, de R\$ 33,7 mil, o aumento para os procuradores poderia ser visto como violação da Constituição.

A decisão sobre as remunerações é mais uma polêmica na rotina de Raquel Dodge e outra controvérsia nas relações dela com o atual chefe do Ministério Público. Os ânimos ficaram acirrados após a reunião de Dodge com o presidente Michel Temer, no mesmo dia em que a defesa dele pediu que Janot seja considerado “suspeito” para atuar nos processos nos quais o presidente está envolvido.

CONJUNTURA »**Trabalhadores dividirão**

R\$ 7,3 bi 88 milhões de pessoas serão beneficiadas com lucro do FGTS. A cada R\$ 1 mil na conta, o cotista terá direito a R\$ 19,30

ANTONIO TEMÓTEO

O governo anunciou ontem que distribuirá R\$ 7,3 bilhões de lucro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para 245,7 milhões de contas. Com a medida, que beneficiará 88 milhões de trabalhadores, a rentabilidade do fundo em 2016 passará de 5,11% para 7,14%. Os depósitos serão realizados pela Caixa Econômica Federal até 31 de agosto. Na prática, entretanto, a iniciativa terá um efeito restrito. Pelo menos 93,13% das contas receberão até R\$ 100. Além disso, a remuneração do FGTS é inferior à da poupança, que, no ano passado, teve correção de 8,3%.

Também serão creditados valores que variam de R\$ 100,01 a R\$ 1 mil em 16 milhões de contas, o equivalente a 6,52% do total. Outras 835,4 mil receberão depósitos de R\$ 1.001,01 a R\$ 5 mil, e somente 24.572 terão direito a montantes superiores a R\$ 5 mil.

O presidente Michel Temer comemorou a medida inédita e criticou as que classificou como populistas. “Hoje, estamos compensando o esforço diário dos trabalhadores, mas com muita

responsabilidade. É como se eles tivessem participação no resultado de uma empresa”, completou. “E no ano que vem, o mesmo processo ocorrerá”, prometeu.

O chefe do Executivo ressaltou o fato de a rentabilidade do FGTS ter superado a inflação. No ano passado, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 6,28%. “Na última década, o FGTS acumulou perdas expressivas frente à inflação. Agora, começamos a reverter esse processo. Hoje, com a inflação sob controle e os juros em queda, o dinheiro do trabalhador estará mais protegido”, avaliou.

Presente na cerimônia, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, avaliou que a iniciativa faz parte de um conjunto de medidas que o governo tomou para colocar a economia nos trilhos. “A distribuição de lucros do FGTS já deveria estar em vigor. São décadas em que o trabalhador brasileiro lutou para ter a remuneração do fundo compatível, pelo menos, com a inflação”, destacou.

Oliveira ressaltou que a medida valoriza esse tipo de poupança e demonstra que o governo quer melhorar o desempenho da economia e gerar empregos. “Estamos, a cada dia, colhendo os indicadores de que a economia brasileira está em franco processo de recuperação. Isso nos

traz satisfação de poder pronunciar que estamos fazendo as coisas certas”, afirmou.

Os recursos distribuídos não serão levados em conta no cálculo da rescisão do trabalhador demitido sem justa causa, conforme explicou o presidente da Caixa, Gilberto Occhi. “A multa de 40% paga sobre o saldo do FGTS não indicará sobre esse acréscimo de remuneração”, comentou. Conforme ele, a iniciativa tem o intuito de beneficiar os trabalhadores, sem onerar os empregadores.

Vantagens

Será possível fazer a consulta dos valores depositados no endereço www.resultadosfgts.caixa.gov.br ou pelo telefone, por meio do número 08007262017. Outra opção é buscar o atendimento no aplicativo do FGTS para smartphones. Os correntistas da Caixa poderão acessar o internet banking. O saque desse dinheiro, no entanto, só estará disponível para o trabalhador que cumprir os critérios exigidos, como aposentadoria ou três anos de inatividade na conta. Quem já recebe o benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por exemplo, poderá requisitar os recursos.

Na avaliação do presidente do Instituto Fundo Devido ao Trabalhador, Mario Avelino, a distribuição de lucros é uma medida antiga. De acordo com ele, foi





tomada para não alterar o indexador de remuneração do FGTS. Atualmente, a rentabilidade leva em conta a Taxa Referencial mais 3%. Avelino defende a substituição para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). “De julho de 1999 até junho de 2017, o governo deixou de creditar R\$ 350 bilhões na conta dos trabalhadores. Somente em 2015, foram mais de R\$ 60 bilhões”, destacou.

Avelino alerta que tramitam na Justiça Federal mais de 80 mil ações, representando 2 milhões de trabalhadores, que pedem a troca do indexador. “A TR rende menos do que a inflação e não cumpre o papel de manter o poder aquisitivo. A distribuição de lucros ameniza a perda, mas não é justo que o trabalhador fique subsidiando o sistema financeiro”, frisou.

Cálculo do ganho

A CEF anunciou, que, em média, os trabalhadores com carteira assinada vão receber R\$ 29,62 a mais em sua conta do FGTS até 31 de agosto. O valor varia de acordo com o saldo da conta no último dia do ano passado. Para saber o montante exato que será creditado, o trabalhador precisa aplicar a rentabilidade extra de 1,93% no saldo de dezembro de 2016 ou multiplicar por 0,0193. Mesmo quem sacou o FGTS das contas inativas, no primeiro semestre deste ano, terá o valor depositado.

Mercados em polvorosa

A aversão ao risco está na preocupação dos investidores com a trajetória de crescimento da dívida pública. Sem a reforma da Previdência, o país não reequilibrará as contas públicas, e o desemprego não diminuirá

por **Antonio Temóteo** /
antoniotemoteo.df@dabr.com.br
Interino

Não bastassem as tensões entre Estados Unidos e Coreia do Norte, que ontem derrubaram bolsas no mundo inteiro, o mercado brasileiro é afetado pela indecisão do governo em anunciar a revisão da meta fiscal, que atualmente prevê um déficit de R\$ 139 bilhões para o governo central neste ano. Diante da fraca arrecadação e da queda das receitas extraordinárias, o Executivo encaminhará ao Congresso Nacional uma proposta para ter o direito de fechar as contas de 2017 no vermelho em R\$ 159 bilhões. Entretanto, a demora em divulgar a medida afetou os principais indicadores.

O dólar fechou o pregão de ontem em alta de 0,73%, cotado a

R\$ 3,176 para venda. Já a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) terminou o dia em queda de 1%, aos 66.992 pontos. Além disso, os Credit Default Swaps (CDS) brasileiros de cinco anos subiram para 207, após chegar a 199. A aversão ao risco, explicam diversos analistas, está na preocupação dos investidores com a trajetória de crescimento da dívida pública. Sem a reforma da Previdência, avaliam economistas, o país não reequilibrará as contas públicas, e o desemprego não diminuirá.

Para piorar, sem a redução da trajetória de deficits fiscais, o processo de queda de juros é ameaçado. Apesar dos riscos que podem prejudicar a recuperação da economia, o economista-chefe do Banco Fibra, Cristiano Oliveira, avalia que a provável mudança da meta não afeta a credibilidade da equipe econômica. Segundo ele, nos últimos 12 meses encerrados em junho, o setor público consolidado registrou um rombo de R\$ 167,2 bilhões, o equivalente a 2,62% do Produto Interno Bruto (PIB).

Esse resultado é influenciado, sobretudo, pelo descasamento entre receitas e despesas da União.

Oliveira explica que o total de recursos públicos disponíveis em caixa corresponde a 17,15% da geração de riquezas no país, enquanto os gastos totalizam 19,98%. “O principal responsável pelos gastos do governo é o crescente pagamento de benefícios previdenciários, atualmente em 8,36% do PIB. Pessoal e encargos totalizam 4,33%, despesas discricionárias, 4,19% e outras despesas obrigatórias, 3,10%”, aponta.

Para Oliveira, a mudança da meta não deveria ser fonte de preocupação para o mercado e para o governo, porque o Executivo tem feito um grande esforço para reduzir as despesas. Ele destaca que o orçamento prevê que o gasto público pode crescer até 7,2% em 2017 e não deve ser superior a 3% no próximo ano. Dados do Banco Fibra mostram que, nos últimos 12 meses encerrados em junho, o ritmo de expansão dos gastos foi de 5,2%, ou seja, abaixo do nível máximo fixado em lei. “O governo não tem sido hábil para comunicar isso de maneira clara à sociedade e mesmo ao mercado. Nitidamente, o mais relevante é a dinâmica do gasto público e não uma estimativa para um





valor nominal que nada diz sobre a qualidade da política fiscal”, alerta.

Desafios

Diante da frustração de receitas, o governo tem estudado uma série de medidas para reduzir o ritmo de crescimento das despesas públicas e melhorar a arrecadação. Uma delas parece ter dado resultado. A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) registrou um crescimento de 21% no recolhimento das taxas patrimoniais em junho. A arrecadação chegou R\$ 217 milhões, enquanto, no mesmo período do ano passado, totalizou R\$ 179,5 milhões.

A pasta avalia que o resultado positivo foi turbinado pela concessão de desconto de 10% nos pagamentos à vista e redução de 50% da multa cobrada dos inadimplentes. “Esse resultado é fruto do trabalho de aprimoramento de cadastro e da estratégia de comunicação, implantados pela atual gestão. Nossa expectativa é manter esse ritmo de crescimento nos

próximos meses”, afirmou o secretário do Patrimônio da União, Sidrack Correia.

No primeiro semestre, foram arrecadados R\$ 361,2 milhões em taxas patrimoniais, um aumento de 13% em relação ao apurado de janeiro a junho de 2016. A taxa de ocupação é a maior fonte de receita da SPU e chegou a 36,52% do total arrecadado. Devida por quem ocupa imóvel de propriedade plena da União, ela teve, de janeiro a junho, crescimento de 23% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 106,9 milhões para R\$ 131,9 milhões.

Além disso, a SPU assinou acordos de cooperação técnica com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal para criar fundos imobiliários que seriam capitalizados com prédios e terrenos do Executivo, e administrados por instituições financeiras.

Possivelmente, dois fundos devem ser criados, e pelo menos 200

imóveis já foram mapeados como ativos que poderiam ser incorporados ao patrimônio da gestora. Com isso, o governo teria 49% das cotas e as instituições, os 51% restantes. A partir do aporte, a pasta deixa de ser responsável pela gestão dos prédios, casas, terrenos e galpões. As despesas com taxa de condomínio, IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), água e luz passam a ser de responsabilidade do fundo.

Além da redução de despesas, o governo receberá dividendos relativos aos eventuais contratos de aluguel, de venda de imóveis ou pelas permutas realizadas. A adoção de medidas como essa tem potencial para ajudar o governo a reequilibrar as contas públicas. Entretanto, o excesso de burocracia atrapalha. Desburocratizar e encampar propostas para tornar os processos mais ágeis deveria ser a prioridade dos governantes e parlamentares. Diante de todas as dificuldades, quem sofre é o trabalhador brasileiro.